

LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA: ENCONTROS FUNCIONAIS

*Vanessa Mutti de Carvalho Miranda**

*Lucas Santos Campos***

RESUMO: Este estudo tem o objetivo de levantar características funcionais comuns à LIBRAS e à Língua portuguesa. A LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, reconhecida como meio legal de comunicação e expressão dos surdos no Brasil, baseou-se, primeiramente, na Língua de Sinais Francesa, que passou a ser divulgada a partir da segunda metade do século XVIII. Julgamos que, a partir do escopo teórico-metodológico do Funcionalismo linguístico, podemos assinalar traços que possam favorecer - da parte do ouvinte, o aprendizado da LIBRAS, da parte do surdo, a aquisição da escrita em português. Nossa proposta passa pelo reconhecimento da cultura do surdo, como meio de identidade de um segmento social.

PALAVRAS CHAVE: Funcionalismo; LIBRAS; Língua portuguesa.

Considerações iniciais

Este embrião de estudo tem como objetivo levantarmos, à luz do Funcionalismo linguístico, possibilidades de interação/integração entre a LIBRAS e a língua portuguesa. Na perspectiva social, temos em mente a difusão da LIBRAS e da cultura do surdo, além de um incremento das possibilidades de comunicação entre surdos e ouvintes. Acreditamos que essas ações poderão resultar num maior raio de ação dos surdos na sociedade.

* Mestranda em Letras: Cultura, Educação e Linguagens pela Universidade Estadual do Sudeste da Bahia (UESB).

** Professor Titular da UESB. Doutor em Linguística Histórica pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com pós-doutoramento em Funcionalismo Linguístico pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Na perspectiva linguística, visamos uma elucidação dos aspectos funcionais das duas línguas a fim de gerar uma maior interação entre os comunicadores de ambas.

A língua brasileira de sinais – LIBRAS

As línguas de sinais são sistemas linguísticos empregados, principalmente por pessoas surdas como meio de comunicação. Em consonância com Quadros (1997), podemos defini-las como línguas que não derivam das línguas orais, visto que fluem de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço-visual, como modalidade linguística. Dentre essas línguas, encontra-se a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, reconhecida como meio legal de comunicação e expressão dos surdos no Brasil.

Esse sistema de comunicação baseou-se primeiramente na Língua de Sinais Francesa, que passou a ser divulgada a partir da segunda metade do século XVIII, quando, em 1755 Charles Michel de L'Epeé (1712-1789) fundou, com recursos próprios, a primeira escola para surdos, em Paris. Ignorando a obra de alguns de seus antecessores, que propunham a comunicação dos surdos a partir da aquisição da fala, L'Epeé focalizou seus estudos em um método diferente, baseado no emprego de senhas, pois acreditava que as pessoas com deficiência auditiva pudessem expressar e compreender ideias por meio de sinais e não apenas do som.

A língua de sinais foi trazida para o Brasil em 1855, pelo professor (surdo) Ernest Huet, que fundou, no Rio de Janeiro, o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdo – INES. Essa língua foi discriminada por muito tempo, devido à intolerância comum que então pairava, no mundo e no Brasil, para com as minorias, acrescida da insistência de pais e professores de surdos em ensiná-los a falar. Com o tempo, porém, as pessoas foram reconhecendo sua. Assim, esse sistema de comunicação foi conquistando a importância que merece, de modo que, a partir de 24 de abril de 2002, por força da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, foi reconhecido como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas do Brasil:

"Art. 1ª É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados"

Mais tarde, essa lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que trata da inclusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como disciplina curricular:

A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos curso de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(BRASIL, Decreto nº 5.626, Art. 3º, 22 dez. 2005).

Vale ressaltar que o § 1º, desse mesmo artigo, estabelece que todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

O Art. 9º, do Cap. III, desse dispositivo legal, especifica os prazos e percentuais mínimos para a inclusão de Libras como disciplina curricular e em seu parágrafo único diz: "O processo de inclusão de LIBRAS como disciplina curricular deve iniciar-se nos cursos de Educação Especial, Fonoaudiologia, Pedagogia e Letras, ampliando-se progressivamente para as demais licenciaturas" (BRASIL, Decreto nº 5.626, Art. 9º, 22 dez. 2005).

Além disso, a alínea "d" do inciso III, do § 1º do Art. 14, estabelece a necessidade de as escolas serem providas com "professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos" (BRASIL, Decreto nº 5.626, Art. 14, inciso III, 22 dez. 2005). O inciso V desse mesmo Art. estabelece que as instituições de ensino devem: "apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de LIBRAS entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da ofertas de cursos" (BRASIL, Decreto nº 5.626, Art. 14, inciso V, 22 dez. 2005).

Ao analisar essas demandas, perscrutamos a necessidade e a urgência de uma integração em mão dupla. Assim, pretendemos indicar elos de integração entre os comunicantes dessas duas formas de expressão e apontar pistas para o avanço de uma interação entre eles, assinalando traços funcionais que possam favorecer - da parte do ouvinte, mais facilidade no aprendizado da LIBRAS, da parte do surdo, mais facilidade na aquisição da escrita em português, uma vez que o ouvinte poderá, dominando a língua dos surdos, melhor ensiná-lo a modalidade escrita da língua portuguesa e o surdo, dominando a escrita em língua portuguesa, terá uma maior facilidade de ensinar a LIBRAS ao ouvinte.

Vale ressaltar que o surdo enfrenta muita dificuldade para se comunicar por escrito em língua portuguesa, assim como para entender as mensagens grafadas, visto que, a rigor, em LIBRAS não há um sistema de comunicação escrita.

Por vivermos em uma sociedade grafocêntrica, quando o surdo necessita se comunicar pelo sistema escrito da língua portuguesa ele enfrenta um grande desafio, principalmente em função da impossibilidade de relacionar som com grafema.

Nossa proposta passa pelo reconhecimento da cultura do surdo e pela via da reorganização do poder na sociedade, uma vez que:

(i) em um primeiro momento, o domínio da LIBRAS por parte do graduando em letras, dos professores de língua portuguesa e demais profissionais da área da educação, irá torná-los elementos multiplicadores, na medida em que poderão promover a difusão desse sistema entre alunos ouvintes e a comunidade em geral;

(ii) em um segundo momento, estando a LIBRAS amplamente difundida, poderemos contar com uma sociedade dotada de maior capacidade de integração visto que as possibilidades de comunicação entre surdos e ouvintes estarão mais efetivadas;

(iii) essa mesma tendência vai possibilitar ao surdo uma melhor compreensão da sociedade em que ele está inserido; uma maior possibilidade de ocupar cargos/postos de trabalho nas mais diversas áreas produtivas,

visto que ele contará com o domínio do sistema escrito da língua portuguesa e com um maior número de pessoas ouvintes que dominam a LIBRAS.

Entendemos que isso se traduz como inclusão social. Desse ponto de vista, a escrita e leitura de língua portuguesa por sujeitos surdos só podem ser consideradas na perspectiva de letramento como prática social (Sobre Letramento como prática social ver: SOARES (2002), KLEIMAN (1995) e SIGNORINI (2001)) que permitam a esses sujeitos não o uso instrumental da língua conforme padrões formais e sem sentido, ao contrário, é preciso que a escrita considere seu universo semiótico e cultural, deixando de existir visões que estigmatizem a escrita e evidenciem o erro em relação e à norma culta. Ao invés disso, torna-se necessário que a escrita seja vista como conquista e interação social.

Referencial teórico – o funcionalismo linguístico

Como suporte teórico, tomamos por base os pressupostos do Funcionalismo linguístico. No panorama da ciência da língua(gem), o conceito de Funcionalismo encontra-se historicamente ligado à primeira Escola Linguística de Praga, conjunto de autores, dentre eles, Jakobson e Trubetzkoy, que, entre os anos de 1929 e 1938, participaram do Círculo Linguístico de Praga, tendo publicado seus trabalhos com o título *Travaux du Cercle Linguistique de Prague*.

A rigor, os estudos sobre as funções da linguagem são oriundos do campo da psicologia. Como aponta Câmara Jr. (1974, p. 17), preocupado com o estudo do pensamento humano, o psicólogo alemão Karl Bühler (1934) apontou três funções para a linguagem: (i) a representativa, ou de representação, cuja característica central seria a de analisar, ordenar e representar o espaço vital do homem: o ambiente em que ele vive; (ii) a de exteriorização psíquica, em que a linguagem estaria empenhada em exprimir as emoções humanas; (iii) a apelativa, em que a linguagem procuraria influenciar o receptor, com vistas à mudança do seu comportamento.

Jakobson (1969, p. 118-162) adicionou a essas, outras três funções, correlacionando-as a cada um dos componentes do processo de comunicação: (i) a função poética que, centrada na mensagem, reveste-a de um tratamento estético, procurando dotá-la de criati-

vidade e/ou de subjetivismo; (ii) a função metalinguística que, centrada no próprio código, procura explicá-lo; e (iii) a função fática, que visa à manutenção do contacto entre o emissor e o receptor e assim fixou seis funções para a linguagem, cada uma delas mais diretamente ligada a um dos fatores do ato de comunicação verbal: (i) ligada ao contexto – função referencial; (ii) ligada ao emissor – função emotiva; (iii) ligada ao destinatário – função conativa; (iv) ligada ao contato – função fática; (v) ligada ao código – função metalinguística; (vi) ligada à mensagem – função poética.

Estavam, assim, lançadas as bases do Funcionalismo linguístico que, com o decorrer do tempo, trilhou um desenvolvimento próprio e diversificado, de modo que hoje:

Caracterizar o *funcionalismo* é uma tarefa difícil, já que os rótulos que se conferem aos estudos ditos “funcionalistas” mais representativos geralmente se ligam diretamente aos nomes dos estudiosos que os desenvolveram, não a características definidoras da corrente teórica em que eles se colocam (NEVES [1997] 2001, p.1).

Dentro do que vem sendo denominado ou autodenominado *Funcionalismo*, existem modelos muito diferentes. Contudo, entre esses modelos, podem ser destacadas similaridades suscetíveis de se constituírem num denominador comum, capaz de fornecer a caracterização básica do que seja uma teoria funcionalista da linguagem. Acerca desses modelos, autora indica que:

Qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente. (NEVES [1997] 2001, p. 1)

O que a análise funcionalista examina é a competência comunicativa, considerando as estruturas das expressões linguísticas como em um quadro de funções, no qual cada função é vista como um diferente modo de significação.

Ao apresentar a Gramática dessa corrente teórica, Neves, com base em Martinet assinala que o termo funcional só tem sentido para os linguistas, se encarado *com referência ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de sua experiência uns aos outros.*

Assim, a autora define a gramática funcional, como uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura se integrar em uma teoria global da interação social e entende a gramática como acessível às pressões do uso. Desse modo, em relação à competência comunicativa, o funcionalismo avalia a capacidade que os indivíduos têm tanto para codificar e decodificar expressões, quanto para usar e interpretar essas expressões satisfatoriamente.

Ainda a partir da autora, listamos os seguintes princípios da Gramática Funcional, relevantes para uma melhor compreensão do fato linguístico a ser tratado:

- A linguagem não é um fenômeno isolado, mas, pelo contrário, serve a uma variedade de propósitos (Prideaux, 1987);
- A língua (e a gramática) não pode ser descrita nem explicitada como um sistema autônomo (Givón, 1995);
- A língua é um instrumento que as pessoas usam para atingir determinados objetivos (de Groot, 1997);
- Na gramática estão integrados os componentes sintático, semântico e pragmático (Dik, 1978, 1979, 1980, 1989; Givón, 1984);
- Existe uma relação não-arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (o gramatical) (Mackenzie, 1992);
- A gramática é susceptível às pressões do uso (Du Bois, 1993), ou seja, às determinações do discurso (Givón, 1979), visto o discurso como a rede total de eventos comunicativos relevantes (De Beaugrande, 1993);
- A gramática resolve-se no equilíbrio entre forças internas e forças externas ao sistema (Du Bois, 1985);
- O objeto da gramática funcional é a competência comunicativa. (Martinet, 1994).

Nesse quadro teórico, destacamos a posição de Halliday (1973, p.104) para quem *função* não se refere aos papéis desempenhados pelas classes de palavras ou pelos sintagmas, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos:

I am using 'function' (...) to the generalized notion of 'functions of language'. By a functional theory of language I mean one which attempts to explain linguistic structure, and linguistic phenomena, by reference to the notion that language plays a certain part in our lives; that it is required to serve certain universal types of demand.¹

Para Halliday, a linguagem serve, em primeiro lugar, à expressão do conteúdo e tem uma função *ideacional*. Por meio dessa função, o emissor e o receptor organizam e incorporam, na língua, a sua experiência dos fenômenos do mundo real, assim como a experiência de fenômenos do mundo interno da própria consciência: suas reações, cognições, percepções e seus atos linguísticos de falar e de entender, o que permite o reconhecimento de duas subfunções, a *experencial* e a *lógica*. Em segundo lugar, a linguagem serve à função *interpessoal*: o falante usa a linguagem como um meio de participar do evento de fala, expressando seu julgamento pessoal, suas atitudes e as relações que estabelece consigo próprio e com o seu ouvinte. Assim, a função interpessoal é interacional, constitui-se num componente da língua que serve para organizar e expressar tanto o mundo interno quanto o mundo externo do indivíduo. O autor afirma que a mudança se verifica nos elementos da função interpessoal, através dos elementos textuais e que está também voltada para o papel do reforço da *informatividade, das implicaturas conversacionais e da metonímia* no desenvolvimento das categorias gramaticais.

O autor aponta ainda a *função textual* que é instrumental para as duas anteriores e que diz respeito à criação do texto. A função textual não se limita simplesmente ao estabelecimento de relações entre as frases, mas refere-se também à organização interna da

¹ Emprego o termo *função* (...) para a noção generalizada de *funções da linguagem*. Por teoria funcional da linguagem, entendo aquela que tenta explicar a estrutura linguística e os fenômenos linguísticos, com referência à noção de que a língua desempenha um papel em nossas vidas e deve servir a certos tipos universais de demanda.

frase e ao seu significado como mensagem, tanto em si mesma como na sua relação com o contexto.

Temos, assim, uma visão preliminar do Funcionalismo linguístico. A partir desses pressupostos é que buscar-se-á explorar a possível interação LIBRAS – Língua portuguesa.

Indicativos de interação entre as duas línguas

Muitos estudos contribuíram para que a LIBRAS realmente passasse a gozar do status de língua a que faz jus. Entre essas pesquisas que comprovam possuir a LIBRAS todos os componentes pertinentes às línguas naturais, destacam-se os estudos de Quadros. A autora indica que as línguas são denominadas oral-auditivas quando a audição é a forma de recepção não grafada e a oralização a forma de reprodução; já nas línguas espaço visuais, a recepção se dá por meio da visão e a reprodução se dá por meio de sinais manuais e expressões gestuais e faciais.

As línguas de sinais são sistemas linguísticos que passaram de geração em geração de pessoas surdas. São línguas que não derivaram das línguas orais, mas fluíram de uma necessidade natural de comunicação entre pessoas que não utilizam o canal auditivo-oral, mas o canal espaço-visual como modalidade linguística (QUADROS, 1997, p. 12).

A pessoa usa sinais para definir elementos no espaço ao redor de seu corpo. Seus movimentos nesse espaço e suas expressões faciais seguem as regras gramaticais da língua de sinais. Para ilustrar: uma pergunta feita com as sobrancelhas levantadas pode indicar tanto uma pergunta retórica como uma que exija sim ou não como resposta. As sobrancelhas abaixadas podem indicar perguntas, tais como: quem? O quê? Onde? Quando? Por quê? ou Como? Certos movimentos da boca podem sugerir o tamanho de um objeto ou a intensidade de uma ação. O modo como um surdo movimentava a cabeça, ergue os ombros, contrai as bochechas e pisca os olhos acrescenta sentido à ideia que se deseja transmitir. Sendo assim, como sugere Brito (1995), esses movimentos devem ser analisados

como parte do que é central à gramática de uma língua e não apenas como fator periférico.

Analisando recursos expressivos das línguas de sinais, Quadros (1995) ressalta que os sinais, em si mesmos, normalmente não expressam o significado completo do discurso. Este significado é determinado por aspectos que envolvem a interação dos elementos expressivos da linguagem. Ao corroborar esse posicionamento, Rabelo (2001), afirma que o sentido das palavras não está, primordialmente, na sua forma; elas o adquirem no uso funcional e significativo que delas fazem cada interlocutor nas mais diversas situações comunicativas.

As línguas de sinais, assim como as orais, não são universais. Podem se diferenciar de um país para outro, com gramáticas próprias e regras específicas. Além disso, na LIBRAS podem ser identificados diferentes “sotaques” de uma região para outra, são o que podemos chamar de variações linguísticas. São traços que se referem à realidade linguística de uma comunidade, considerada em função de um conjunto de variáveis inerentes ao fenômeno sociocultural (SALLES et al., 2004).

No que se refere à gramática da Libras, é constituída de itens lexicais que se estruturam a partir de mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos que apresentam especificidades, mas seguem também princípios básicos gerais. É dotada também de princípios pragmáticos que regem o uso adequado das estruturas linguísticas, ou seja, permitem que seus usuários lancem mão de estruturas nos diferentes contextos que se lhes apresentam de forma a corresponder às diversas funções linguísticas.

Quanto à fonologia, em Libras, quando de fala em “fonema”, refere-se a unidades espaciais como a configuração das mãos, o ponto de articulação, movimento-orientação e expressão facial. Por exemplo, sinais como DESCULPAR e EVITAR são realizados com a mesma configuração das mãos – mão em Y – o que diferencia um do outro é o ponto de articulação, pois DESCULPAR se realiza no queixo, enquanto que EVITAR na lateral da testa. Um outro exemplo é IR e VIR, tendo a mesma configuração, o que muda é a orientação: IR movimento para frente e VIR movimento em direção do emissor. Para

analisarmos o movimento do sinal, precisamos de um objeto. Nesse caso, a mão do enunciador, e de um espaço que envolve a área em torno do corpo desse enunciador.

Quanto à transcrição, por não se ter um sistema de escrita largamente adotado, a LIBRAS tem sido transcrita usando palavras em português. Geralmente, para designar um sinal a palavra é escrita em letras maiúsculas.

No que diz respeito à morfologia, assim como as línguas orais possuem um sistema de análise da estrutura, formação e classificação das palavras, a língua de sinais também o possui. Ela é uma língua sintética, não lança mão de artigos nem de preposições. Normalmente, não realiza a marcação de gênero, a não ser que essa informação seja relevante para o contexto. Quanto à flexão dos verbos, o tempo é indicado pelos sinais PASSADO, FUTURO e PRESENTE, bem como por ONTEM, HOJE e AMANHÃ. Por exemplo, a palavra ESTUDARÁ é indicada pelos sinais ESTUDAR FUTURO/ FUTURO ESTUDAR ou ESTUDAR AMANHÃ / AMANHÃ ESTUDAR.

Isso não significa que a LIBRAS seja uma língua pobre porque, assim como qualquer língua em uso, ela dispõe de mecanismos para criar ou gerar palavras para exprimir qualquer conceito que vier a fazer parte da comunidade que a usa. Essas palavras podem ser formadas, por exemplo, por composição: juntando-se os sinais CASA + ESTUDAR, forma-se a palavra ou sinal ESCOLA.

Outro aspecto relevante em LIBRAS é a sintaxe espacial, diferente das línguas orais, o espaço em que são realizados os sinais, o uso do pronome numa localização particular, um classificador, são fundamentais para as relações sintáticas. Por exemplo, quando os referentes estão presentes no espaço em que a enunciação se realiza, o enunciador pode indicar as pessoas do discurso apontando para cada uma respectivamente. Mas se os referentes não estiverem presentes na situação de enunciação, podem ser indicados a partir de pontos abstratos no espaço, o que corresponde às pessoas do discurso.

E o que dizer da ordem da oração em Libras? Existem várias possibilidades de ordenação: sujeito-verbo-objeto, como: HOMEM – ROUBAR – DINHEIRO; objeto-sujeito-verbo: DINHEIRO – HOMEM – ROUBAR e ainda: sujeito-objeto-verbo: HO-

MEM – DINHEIRO – ROUBAR. Muitas vezes, a ordem da oração, depende do foco. Nas sentenças interrogativas, geralmente, o elemento interrogativo aparece no final: VO-CÊ PAGAR – O QUÊ? ou pode aparecer duplicado: O QUE VOCÊ PAGAR – O QUÊ?

Pode-se, ainda, mencionar as marcas não manuais, a exemplo da expressão facial que pode determinar se a frase é interrogativa ou declarativa: JOÃO PAGAR ROUPA, a depender da expressão facial, pode significar uma declaração, a de que João pagou a roupa ou uma interrogação: João pagou a roupa?

Consideração final

A compreensão dessas marcas funcionais e estruturais por parte dos comunicantes, tanto os da LIBRAS, quando os do universo da língua portuguesa facilitará a interação entre eles. Como é possível observar, são muitas as características e peculiaridades da LIBRAS, sem mencionar a semântica e a pragmática que perpassam pelos aspectos aqui mencionados. Além disso, sabemos que muito mais ainda precisa ser investigado a fim de confirmar e ampliar os estudos existentes. Isso realmente é uma necessidade que urge e tem apoio na legislação brasileira.

ABSTRACT: This article aims to gather functional characteristics in common between LIBRAS and Brazilian Portuguese (PB). The Brazilian Sign Language – LIBRAS, recognized as the legal means of expression and communication of the deaf in Brazil, was based, first, on the French Sign Language, which began to be disseminated in Brazil from the second half of the eighteenth century. We believe that, from the theoretical and methodological scope of linguistic functionalism, we can highlight features that might support, for the listener, the learning of LIBRAS, and, for the deaf, the acquisition of the written Brazilian Portuguese. Our proposal is the recognition of the culture of the deaf as means of identity of a social group.

PALAVRAS CHAVE: Functionalism; LIBRAS; Brazilian Portuguese.

Referências

BRITO, L. *Por uma gramática de línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

LEGISLAÇÃO DE LIBRAS. *Linguagem Brasileira de Sinais*. Disponível em: <www.libras.org.br>.

JAKOBSON, Roman. Linguística e poética. In: *Linguística e comunicação*. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix/USP, 1969, p. 118-162.

QUADROS, Ronice. *Educação de surdos: aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, Ronice. A expressividade na língua de sinais. In: STROBEL, K. (Org.). *Surdez - Abordagem Geral*. Curitiba: APTA/FENEIS, 1995.

RABELO, A. S. *A construção da escrita pelo surdo*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

SALLES, Heloisa. M. Moreira et al. *Ensino de língua portuguesa para surdos*. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

SOARES, Maria Aparecida Leite. *A Educação do Surdo no Brasil*. São Paulo: EDUSF; Editora Autores Associados, 1999.

SOARES, M. *Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura*. In revista educação e sociedade., campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. in: KLEIMAN, A. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.

SIGNORINI, I. Letramento escolar, oralidade e escrita em sala de aula: diferentes modalidades ou gêneros do discurso? In SIGNORINI, I. *Investigando a relação oral escrito e as teorias do letramento*. Campinas: mercado de letras, 2001, p. 51-74.

Recebido em 31/07/2013.
Aprovado em 10/10/2012.